

## Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

## 138 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 10 a 14/10/2022

|                                                                                                 |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PE</b>                                                         | <b>1</b> |
| AFET                                                                                            | 1        |
| BUDG                                                                                            | 1        |
| AFET, DEVE e DROIT                                                                              | 1        |
| INTA                                                                                            | 1        |
| <b>2. REUNIÃO DAS MULHERES PRESIDENTES DOS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE: SITUAÇÃO NA UCRÂNIA</b> | <b>2</b> |
| <b>3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR   GOVERNAÇÃO ECONÓMICA</b>                                    | <b>2</b> |
| <b>4. NATO - REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA</b>                                                | <b>2</b> |
| <b>5. COMISSÃO EUROPEIA   GARANTIA DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE</b>                            | <b>3</b> |
| <b>6. COMISSÃO EUROPEIA   PACOTE ALARGAMENTO 2022</b>                                           | <b>3</b> |
| <b>7. COMISSÃO EUROPEIA   ANO EUROPEU DAS COMPETÊNCIAS 2023</b>                                 | <b>4</b> |
| <b>8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</b>                                                            | <b>5</b> |
| Reunião informal dos ministros da Energia                                                       | 5        |
| Reunião informal dos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais                                | 5        |
| Conselho (Justiça e Assuntos Internos)                                                          | 5        |
| Eurogrupo                                                                                       | 6        |
| <b>9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                                                              | <b>6</b> |
| Parlamento Europeu                                                                              | 6        |
| Comissão Europeia                                                                               | 6        |
| Conselho da União Europeia                                                                      | 6        |

## 1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PE

### AFET

Os membros da Comissão dos Assuntos Externos apelaram à UE para que ultrapasse o *status quo* e retome o [processo de alargamento nos países em vias de adesão](#) (Cfr. ponto 6). Referiram na recomendação adotada que uma política de alargamento reforçada continua a ser o instrumento geopolítico mais forte à disposição da UE. Defenderam também que a UE deveria **reformular a sua forma de tomada de decisões, por exemplo introduzindo a votação por maioria qualificada em áreas relevantes para o processo de adesão**, apelando igualmente aos Estados-Membros para que cumpram os compromissos da UE em relação aos países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental e assegurem que não haverá alternativas para substituir o alargamento. Exigiram ainda que a **transformação democrática e o Estado de direito sejam colocados na vanguarda do processo de alargamento**, reforçando o controlo, a comunicação, a avaliação e a condicionalidade, e sublinharam que a UE deve dar prioridade ao alinhamento dos países candidatos à adesão com a política externa e de segurança comum da UE.

Também esta semana a **líder democrática da Bielorrússia, Sviatlana Tsikhanouskaya, esteve na Comissão AFET para debater com os seus membros a guerra na Ucrânia e o papel da Bielorrússia no conflito**. O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

### BUDG

No projeto de resolução adotado esta semana, os membros da Comissão dos Orçamentos exigem um [orçamento da UE para 2023 que contribua melhor para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia e para o processo de recuperação pandémica](#), referindo que «*a União deve estar equipada com todos os meios orçamentais possíveis para responder às crises atuais e concentrar-se nas necessidades das pessoas*». Os deputados recordaram a necessidade de um orçamento que permita enfrentar os desafios como a guerra na Ucrânia, os elevados preços da energia e as questões climáticas e a necessidade de aumentar o financiamento de programas e políticas vitais para o efeito. Salientaram ainda que o **projeto de orçamento é atualmente uma resposta insuficiente** e lembraram que o Quadro Financeiro Plurianual «*não foi estabelecido para fazer face a uma pandemia, a uma guerra, a uma inflação elevada, a preços de energia elevados, a um elevado número de refugiados, a novas adesões, à insegurança alimentar e a crises humanitárias*», existindo uma necessidade urgente da sua revisão, de forma substancial.

### AFET, DEVE e DROIT

Os membros das Comissões de Assuntos Externos e de Desenvolvimento realizaram esta semana uma votação conjunta para escolher os finalistas do [Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2022](#), tendo sido selecionados [Julian Assange, editor do WikiLeaks; o povo ucraniano, representado pelo seu presidente, líderes eleitos, e sociedade civil; e a Comissão da Verdade da Colômbia](#). A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu selecionará o vencedor no dia 19 de outubro.

### INTA

Os deputados da Comissão do Comércio Internacional apoiaram um [novo instrumento para resposta da UE aos países que procuram coagi-la ou aos seus Estados-Membros](#). Este instrumento anti-coerção foi concebido para proteger os interesses estratégicos e económicos da UE e ajudará a UE a retaliar em caso de chantagem económica por parte de um país não pertencente à União a uma determinada escolha política ou posição adotada. Concordaram os deputados que **o principal objetivo do novo**

**instrumento será dissuadir os países não pertencentes à UE de tentarem coagir ou de fazer parar as suas tentativas de coação, e evitar a escalada do conflito.** Possíveis respostas da UE como parte destes novos instrumentos poderiam incluir, por exemplo, uma suspensão das concessões pautais ou de certas obrigações internacionais que a UE tem para com o país não pertencente à UE. Os deputados salientaram, no entanto, que a sua utilização deve ser um último recurso e que as medidas da UE devem ser proporcionais ao impacto negativo a causar.

## 2. REUNIÃO DAS MULHERES PRESIDENTES DOS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE: SITUAÇÃO NA UCRÂNIA

Teve lugar, nos dias 11 e 12 de outubro, a [Reunião de Mulheres Presidentes dos Parlamentos nacionais da UE](#), que decorreu no Parlamento Europeu em Bruxelas. Do [programa da reunião](#) constava uma visita ao centro da sociedade civil ucraniana e a abertura da exposição preparada pelo *Sejm* polaco dedicada ao tema "*Mulher Ucraniana*". Além de várias reuniões bilaterais e do almoço de trabalho, as Presidentes reuniram ainda para uma troca de pontos de vista com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, antes de discutirem a situação humanitária e assistência aos refugiados da Ucrânia nos Estados-Membros da UE.

Foi ainda adotada uma [Declaração Conjunta](#) das co-Presidentes nesta ocasião.

A [lista de participantes](#) nesta reunião e o [vídeo](#) relativo à troca de pontos de vista com a Presidente do Parlamento Europeu encontram-se disponíveis.

## 3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | GOVERNAÇÃO ECONÓMICA<sup>1</sup>

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência checa do Conselho da União Europeia, teve lugar a 10 e 11 de outubro, em Praga, a [Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia \(CiP ECEG UE\)](#). A delegação da Assembleia da República integrou a Deputada Isabel Meirelles (PSD), que a chefiou, a Deputada Ana Bernardo (PS) e o Deputado Jorge Galveias (CH), pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão; o Deputado Miguel Iglésias (PS), pela Comissão de Assuntos Europeus; o Deputado Carlos Brás (PS), pela Comissão de Orçamento e Finanças; o Deputado Afonso Oliveira (PSD), pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação; e o Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD), pela Comissão de Ambiente e Energia.

Os três painéis de debate da Conferência versaram sobre a implementação e os novos desafios do Mecanismo e dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência; os custos e o financiamento de medidas climáticas e da independência energética; e a preparação para crises futuras, através do fortalecimento da resiliência económica europeia.

Os vídeos da reunião, assim como toda a documentação, encontram-se disponíveis [aqui](#).

## 4. NATO - REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA

Com a participação especial da Suécia e da Finlândia, países candidatos à adesão, teve lugar a 13 de outubro uma reunião de Ministros da NATO, em Bruxelas, cujo detalhe pode ser consultado [aqui](#).

No âmbito da [resposta da NATO à agressão russa](#) contra a Ucrânia, os principais desafios elencados pelo Secretário-Geral da Organização em antecipação da reunião foram a mobilização parcial de tropas

---

<sup>1</sup> Ponto elaborado por Pedro Pacheco, Assessor da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

russas, as tentativas de anexação ilegal, os ataques indiscriminados às cidades ucranianas e as ameaças nucleares, que considerou representarem «a mais grave escalada da guerra desde a invasão em fevereiro».

O Ministro da Defesa ucraniano, Oleksii Reznikov, participou numa reunião do Grupo de Contacto liderado pelos EUA e mais tarde atualizou os ministros sobre as necessidades urgentes da Ucrânia durante o inverno. Além disto, os ministros debateram também a missão e operações da NATO do Kosovo ao Iraque, e o Secretário-Geral presidiu a uma reunião do Grupo de Planeamento Nuclear.

No final da reunião, o Secretário-Geral apresentou os principais resultados (disponíveis [aqui](#)), notando que a NATO não é parte no conflito, mas continuará a apoiar a Ucrânia durante o tempo que for necessário.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA | GARANTIA DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE

A Comissão Europeia adotou uma comunicação sobre a [garantia da aplicação do direito da UE](#), descrevendo o seu trabalho destinado a garantir que o direito da UE seja cumprido e que os cidadãos e empresas possam beneficiar dos mesmos direitos em toda a UE. A Comissão desenvolveu uma série de medidas de apoio aos Estados-Membros, incluindo orientações práticas, o financiamento e a monitorização, para que as violações do direito da UE possam ser evitadas antes de se concretizarem. Ao mesmo tempo, em caso de violação do direito da UE, a Comissão não hesita em intentar ações judiciais através da instauração de processos por infração.

A [Comunicação refere assim seis ações essenciais](#) neste âmbito:

1. **Trabalhar em conjunto com os Estados-Membros;**
2. **Monitorização e deteção precoce de violações do direito da UE;**
3. **Garantia inteligente do cumprimento e prevenção de infrações desde o início;**
4. **Garantia estratégica do cumprimento e fase pré-contenciosa do procedimento de infração (EU Pilot);**
5. **Lutar contra as violações do direito da UE através de ações judiciais;**
6. **Reações rápidas e eficazes à crise.**

## 6. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE ALARGAMENTO 2022

A Comissão Europeia adotou o [Pacote de Alargamento 2022](#), que fornece uma avaliação detalhada da situação e progressos realizados pelos Balcãs Ocidentais e pela Turquia nos respectivos processos de adesão, principalmente no que se refere à implementação de reformas fundamentais e a uma orientação clara sobre as prioridades da reforma neste âmbito.

Apresentam-se assim as principais conclusões quanto aos seguintes países:

- **Montenegro:** deve intensificar os seus esforços para resolver as questões pendentes, nomeadamente nos domínios críticos da liberdade de expressão e da liberdade dos meios de comunicação social, bem como da luta contra a corrupção e criminalidade organizada e da credibilidade do sistema judicial. Tal exige estabilidade política e um empenhamento construtivo de todas as partes interessadas, conduzindo à criação de um Governo estável e a um amplo consenso político no Parlamento sobre as principais reformas;
- **Sérvia:** são necessários mais esforços e empenho político para prosseguir e aprofundar as reformas e colmatar as lacunas, em especial nos domínios fundamentais do sistema judicial, da luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, da liberdade dos meios de comunicação social, da liberdade de reunião e do tratamento interno dos crimes de guerra. A Sérvia deve

igualmente, com caráter prioritário, melhorar o seu alinhamento com a política externa e de segurança da UE, que conheceu uma redução significativa. Tem também de combater com firmeza todas as formas de desinformação;

- **Albânia e Macedónia do Norte:** devem intensificar os seus esforços em domínios fundamentais do Estado de direito, da luta contra a corrupção e da luta contra a criminalidade organizada. A Albânia tem também de abordar questões ligadas aos direitos de propriedade, às minorias e à liberdade de expressão;
- **Bósnia-Herzegovina:** em junho de 2022, o Conselho Europeu manifestou a sua disponibilidade para conceder o estatuto de país candidato à Bósnia-Herzegovina. Os dirigentes dos partidos políticos representados na Assembleia Parlamentar da Bósnia-Herzegovina comprometeram-se, em junho de 2022, a respeitar os princípios que garantem uma Bósnia-Herzegovina funcional que avança na via europeia. O cumprimento das 14 prioridades fundamentais do parecer da Comissão sobre o pedido de adesão do país à UE permitirá recomendar a abertura de negociações de adesão à UE;
- **Kosovo:** deve intensificar os seus esforços para reforçar a democracia, a administração pública, o Estado de direito e a luta contra a corrupção. O Kosovo cumpriu todos os critérios de referência em matéria de liberalização de vistos, proposta que ainda está pendente no Conselho e deve ser tratada com caráter de urgência;
- **Turquia:** No domínio da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais, a Turquia tem de inverter a tendência negativa, com caráter prioritário, para combater o enfraquecimento de um sistema eficaz de equilíbrio de poderes no sistema político. A Turquia tem de respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os Estados-Membros da UE. O contínuo não alinhamento da Turquia com as medidas restritivas contra a Rússia é motivo de preocupação devido à livre circulação de produtos, incluindo produtos de dupla utilização, no âmbito da União Aduaneira UE-Turquia. A Turquia também deve tomar medidas decididas para melhorar o alinhamento com a PESC da UE, incluindo com as medidas restritivas da UE, e evitar ações que vão contra o seu objetivo declarado de aderir à UE.

## 7. COMISSÃO EUROPEIA | ANO EUROPEU DAS COMPETÊNCIAS 2023

A Comissão adotou a sua [proposta](#) de proclamação de 2023 como o [Ano Europeu das Competências](#).

Atualmente, mais de três quartos das empresas da UE referem ter dificuldade em encontrar trabalhadores com as competências necessárias e os dados mais recentes do Eurostat sugerem que apenas 37% dos adultos recebem formação numa base regular. O [índice de digitalidade da economia e da sociedade](#) mostra que 4 em cada 10 adultos e um terço dos trabalhadores na Europa carecem de competências digitais básicas.

Através do Ano Europeu das Competências, em cooperação com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, os parceiros sociais, os serviços de emprego públicos e privados, as câmaras de comércio e indústria, os prestadores de ensino e formação, os trabalhadores e as empresas, a Comissão propõe dar um novo impulso à aprendizagem ao longo da vida através das seguintes medidas:

- **Promover um investimento acrescido e mais eficaz e inclusivo na formação e na melhoria de competências;**
- **Assegurar que as competências são pertinentes para as necessidades do mercado de trabalho,** cooperando também com os parceiros sociais e as empresas;

- **Adequar as aspirações e as competências das pessoas às oportunidades** no mercado de trabalho;
- **Atrair pessoas de países terceiros** com as competências de que a UE necessita.

A UE procurará para o efeito tirar partido de iniciativas já em curso, de que são exemplo a [Agenda de Competências para a Europa](#), [Pacto para as Competências](#), [diálogo estruturado](#) com os Estados-Membros sobre educação e competências digitais, implantação de uma [reserva de talentos da UE](#) e de [parcerias para atração de talentos](#), [Nova Agenda Europeia de Inovação](#), [estratégia europeia para as universidades](#), [Plataforma Europeia para as competências e o emprego na área digital](#) - iniciativa lançada no âmbito do programa do [Mecanismo Interligar a Europa](#) e [Coligação da UE para a criação de competências e emprego na área digital](#).

O financiamento disponibilizado provirá, principalmente, do [Fundo Social Europeu Mais \(FSE+\)](#), [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), [Programa Europa Digital](#), [Horizonte Europa](#) e [Erasmus+](#).

## 8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

### Reunião informal dos ministros da Energia

Os ministros debateram as possibilidades de [compra conjunta e gás e a possível fixação de um limite de preços](#), concluindo que os elementos principais da proposta da Comissão deverão incluir uma plataforma funcional para compras conjuntas de gás, aumentando a transparência do índice de preços e reforçando a sua resiliência a comportamentos especulativos e aumentando a poupança de energia e a solidariedade entre os Estados-Membros. Foram ainda discutidos outros aspetos gerais do funcionamento do mercado europeu de eletricidade.

### Reunião informal dos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais

A reunião contou com a presença dos parceiros sociais e organizações não governamentais, tendo sido debatidas as [consequências da guerra na Ucrânia](#), sobretudo no que se refere à integração de refugiados ucranianos no mercado de trabalho. A medida em que os países permitem que os refugiados beneficiem dos seus sistemas nacionais de assistência social não é uniforme, existindo diferenças nos benefícios que são concedidos às pessoas com proteção temporária, centrando-se por isso a discussão em saber se os Estados-Membros consideram suficiente a atual assistência financeira da UE e que formas de assistência esperam, caso a crise dos refugiados se agrave no futuro. O segundo dia de reunião foi dedicado ao [impacto da crise energética](#) e ao efeito dos preços elevados da energia nos agregados familiares, que não afetam apenas os grupos vulneráveis da população.

### Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

Foram debatidas, no âmbito da [justiça](#), as respostas judiciais e a luta contra a impunidade na Ucrânia relativamente aos crimes cometidos na sequência da agressão russa ao país, incluindo o apoio à investigação e processo de crimes de guerra, assim como assegurar a implementação das sanções individuais e económicas. Foram trocadas opiniões sobre a formação judicial e o seu impacto no acesso à justiça no contexto do Estado de direito e avaliados os progressos alcançados nas discussões sobre o projeto de diretiva relativa aos crimes ambientais. Os ministros foram informados também sobre os últimos desenvolvimentos do funcionamento da Procuradoria Europeia e o possível alargamento do seu mandato para cobrir a acusação de violação das sanções da UE, considerando que este tópico merece uma consideração mais aprofundada. No âmbito dos [assuntos internos](#), teve lugar o Conselho Schengen e foram discutidas as implicações na segurança interna e a situação dos refugiados, tendo

presente a guerra na Ucrânia, assim como prestadas informações sobre os dossiês relativos ao asilo e migrações.

### **Eurogrupo**

Os membros do Eurogrupo, em formato inclusivo, realizaram uma [reunião informal com a Secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen](#), à margem das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Grupo do Banco Mundial, tendo trocado opiniões sobre as perspetivas e riscos económicos transatlânticos. As declarações do Presidente do Eurogrupo no final da reunião encontram-se disponíveis [aqui](#).

## **9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA**

### **Parlamento Europeu**

Os trabalhos da próxima semana no Parlamento Europeu serão dedicados à segunda sessão plenária de outubro, em Estrasburgo, destacando-se os seguintes temas em debate:

- [Guerra na Ucrânia: debate sobre as consequências sociais, migrações e solidariedade cultural](#)
- [Alterações climáticas: COP27](#)
- [Estratégia para a saúde mental](#)
- [Conselho Europeu de outubro](#)

### **Comissão Europeia**

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [18 de outubro](#), destacando-se o *Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023*.

### **Conselho da União Europeia**

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 17.10: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 18.10: [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#)
- 19.10: [Cimeira Social Tripartida](#)
- 20.10: [Conselho Europeu](#); [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#)

Bruxelas | 14 de outubro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).